

UMA FAVELA DE ALUGUEL: EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA, LOCATÍCIA E TOPONÍMICA DE TRAPICHEIROS, RIO DE JANEIRO (1928 – 1990)

A SLUM FOR RENT: LAND, LOCATION, AND TOPONYMIC EVOLUTION OF TRAPICHEIROS, RIO DE JANEIRO (1928 – 1990)

Álvaro Mendes Ferreira¹

Recebido em 17/04/2023

Aprovado em 15/06/2023

RESUMO

Este artigo discute em abstrato e em concreto vias analíticas para o estudo das favelas e bairros populares que extrapolam a história oral, método que se hegemonizou muitas vezes sem diálogo com outras fontes e com outras abordagens. Enfatizamos em particular a importância dos arquivos domésticos que os próprios moradores conservam como meio de proteção à moradia. Entre os arquivos domésticos, destacam-se os recibos de aluguel, que, quando recolhidos sistematicamente numa dada localidade e integrados a outras fontes pelo pesquisador, permitem a discussão de problemáticas como relações entre inquilinos e senhorio, usos do espaço, vetores de crescimento e até mesmo séries quantitativas com flutuações nos valores locatícios. Estudaremos o percurso histórico de Trapicheiros, uma pequena favela da Zona Norte carioca, nos seus aspectos fundiários, locatícios e toponímicos, evidenciando a possibilidade e a necessidade de monografias microrregionais mais densas tanto para melhor defesa das comunidades em contextos de conflitos por terra quanto para melhor entendimento dos processos de estruturação do espaço urbano.

Palavras-chave: Favelas, história fundiária, aluguel, toponímia.

ABSTRACT

This article discusses in abstract and concrete analytical ways for the study of slums and popular neighborhoods that go beyond oral history, a method that hegemonized many times without dialogue with other sources and with other approaches. We particularly emphasize the importance of the home archives that the residents conserve as a means of protecting their homes. Among the household archives, highlight the rent receipts, which, when collected systematically in each locality and integrated with other sources by the researcher, allow the discussion of issues such as relations between tenants and landlord, uses of space, vectors of growth and even quantitative series with fluctuations in lease values. We will study the historical path of Trapicheiros, a small slum in the North Zone carioca, in its land, location and toponymic aspects, evidencing the possibility and need for denser microregional monographs both for better defense of communities in contexts of conflicts over land and for better understanding of the structuring processes of urban space.

Keywords: slum; land history; rent; toponymy.

¹ Historiador do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Uff). Membro do INTC Proprietas. Contato: alvarofigueiro@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Embora se saiba que o aluguel foi fator bastante importante para a moradia popular urbana até a década de 1960,² as flutuações nos valores locatícios em favelas poucas vezes receberam tratamento empírico. A lacuna, contudo, não se deve estritamente à ausência de fontes. É costumeiro entre os brasileiros, pobres ou remediados, conservar “papéis velhos” – p. ex., contas de luz, faturas de material de construção, carnês de impostos municipais. Esses arquivos domésticos são formados numa sociedade burocrática e desigual para a defesa do principal patrimônio familiar – a casa – contra despejos, remoções e desapropriações que podem irromper a qualquer momento sob as mais diversas alegações (irregularidade urbanística, risco ambiental, invasão de terras públicas, grilagem etc.).³ Nos arquivos domésticos, não raro se sobressaem recibos de aluguel. Além de valores locatícios e taxas, neles às vezes também se registram as cláusulas que regem a relação entre senhorio e inquilino. Quando recolhidos pelos domicílios, os recibos de aluguel permitem constituir séries estatísticas cobrindo décadas, cujo potencial analítico se desdobra quando integrados com outras fontes e problemáticas. Apoiando-se em certidões imobiliárias, cartas cadastrais, aerofotografias, notícias em periódicos, processos judiciais e administrativos, entrevistas, censos etc., é possível reconstruir a evolução fundiária da favela, os usos do solo, os vetores de crescimento, as relações com o senhorio e mesmo a construção identitária da localidade. Não só se recuperam assim facetas da história que estariam perdidas senão por fontes altamente intencionais como memorialística, mas também se robustece a defesa administrativa e judicial da comunidade.⁴

Este artigo propõe mobilizar tais fontes para o estudo histórico duma pequena favela de aluguel que recentemente viveu o temor da remoção em meio a conflito fundiário intempestivo: Trapicheiros. Situada na Tijuca, bairro de classe média da Zona Norte carioca, Trapicheiros fica nas imediações do Salgueiro, mas sem estar “conurbada” a essa grande e célebre favela. De fato, há traços bastante divergentes entre ambas as

170

² VAZ, Lilian Fessler. “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro”, p. 592; KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*, p. 27; ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*, p. 122; BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*, pp. 43-44.

³ FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights*.

⁴ Sobre a problemática metodológica, cf. FERREIRA, Álvaro Mendes. “História Oral entre Pesquisa e Memória Fundiária” (inédito).

favelas em termos de dimensão, adensamento e presença do narcotráfico. Em 2018, Trapicheiros contava com 116 moradores por 56 moradias em 46 lotes⁵, numa paisagem arborizada, livre de confrontos violentos, trazendo menos o estereótipo duma favela do que uma continuação de renda mais modesta das casas de médio e alto padrão da Rua Henrique Fleiuss, o seu principal acesso. A tranqüilidade da pequena favela, porém, viu-se perturbada a partir de começos da década de 2010 quando gestos da Prefeitura geraram o temor da remoção. A atmosfera tornou-se mais tensa ainda com a construção dum edifício de apartamentos na vizinhança imediata que passou a atritar com Trapicheiros. Por orientação da Defensoria Pública estadual, em 2015 os moradores pleitearam a regularização fundiária, mas o processo estagnou por não se achar o registro imobiliário da gleba onde se situa a favela. A solução do enigma cartorial dependeu de pesquisa histórica, com apoio de cartógrafo – uma das pistas foram justamente os recibos de aluguel que apontavam, ao contrário do esperado, que a favela tivera originalmente acesso não pelo sudoeste (a Rua Henrique Fleiuss), mas para os lados do Salgueiro pelo nordeste, na Rua Francisco da Graça, algo que é impossível de se deduzir a partir da atual configuração de Trapicheiros em face do sistema viário.

O artigo divide-se em três seções. A primeira sumaria a história de Trapicheiros desde sua formação em fins da década de 1920 até começos da década de 1990, pois o período posterior é mais bem documentado. Aí se enfatizam os aspectos fundiários, os vetores de crescimento, os usos do solo e a infra-estrutura. A segunda seção analisa a série de 21 recibos de aluguel, estendendo-se de 1942 e 1990, pelo prisma das mudanças na legislação locatícia e urbanística bem como no senhorio. A terceira discute como três instâncias de enquadramento territorial – os proprietários da gleba, os órgãos de recenseamento e os próprios moradores – operaram a singularização dum topônimo, questão importante tanto para interpretar as fontes numa escala microrregional quanto para entender os processos sócio-históricos de individuação ou amalgamação de favelas.

Apesar das nossas críticas da história oral como método isolado, não descuramos dela: em 2019 e 2020 entrevistamos, em colaboração, cinco moradores (alguns estabelecidos nas décadas de 1940 e 1950).⁶ Além das entrevistas, visitamos Trapicheiros diversas vezes, trabalhando como

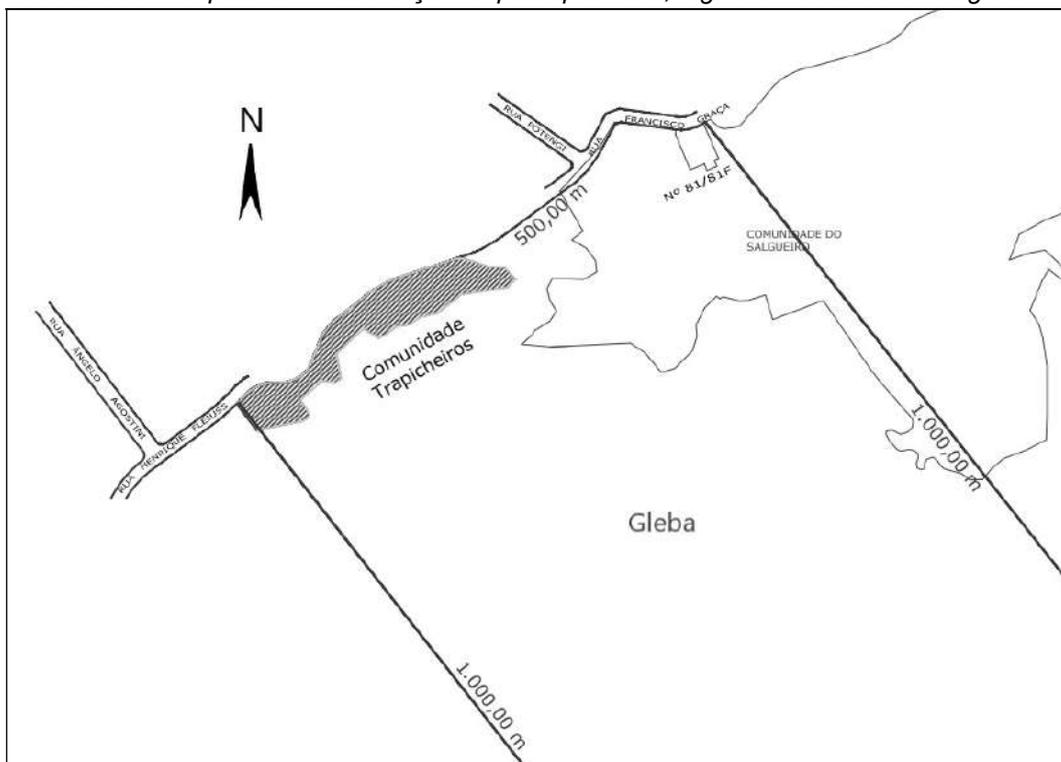
⁵ Processo Administrativo, Iterj, E-19/014/427/2015 – Ana Lúcia dos Santos Oliveira – Diagnóstico Socioeconômico, fls. 173.

⁶ As entrevistas acham-se disponíveis no âmbito do Projeto Memórias pela Luta da Terra, do Iterj.

técnico encarregado da pesquisa fundiária. Por fim, uma observação terminológica. Sempre quando falar em “gleba”, refiro-me ao espaço definido pelo registro imobiliário. Trata-se duma área com 500 metros de testada e 1000 metros de fundos abarcando integralmente o atual Trapicheiros e, *grosso modo*, a parte do Salgueiro que hoje se conhece como Caminho Largo (cf. mapa abaixo). Pelas discontinuidades entre Trapicheiros e Salgueiro, a distinção é importante para a devida interpretação das fontes.

Mapa Nº 1

A favela de Trapicheiros em relação às principais vias, à gleba e à favela do Salgueiro



Alterado pelo autor a partir de planta do agrimensor Fernando da Silva Cerdeira. O imóvel da Rua Francisco Graça, Nº 81/81F, é o endereço que consta no registro imobiliário da gleba.

HISTÓRICO SINTÉTICO DE TRAPICHEIROS (C. 1928–1990)

Embora haja menções a ocupações por barracos no Morro do Trapicheiro desde os últimos anos do século XIX, o topônimo indicava então aquilo que passou a se conhecer, por volta da década de 1920, como Morro do Salgueiro. A mudança –fenômeno corriqueiro nos morros da cidade – derivou do nome dum proprietário de terras, Domingos Alves Salgueiro, português que, além de explorar as encostas como pastagem para gado

leiteiro, alugava barracões, provável núcleo da atual favela do Salgueiro, uma das mais antigas da cidade.⁷ Como veremos na terceira seção deste artigo, Trapicheiros é o vestígio dum processo bissecular de redução toponímica.

A favela de Trapicheiros é um pouco posterior à formação do Salgueiro embora sob a mesma lógica de barracos para aluguel, igualmente explorados por portugueses. O levantamento aerofotogramétrico realizado a mando da Prefeitura do Rio em 1928 e sua redução em carta cadastral em 1935 indicam apenas três casas, podendo servir assim com certa segurança de *terminus a quo* para a origem da comunidade.⁸ De fato, moradores mais antigos relataram a ocupação por volta de 1930. Na carta cadastral, o número de construções no setor mais próximo do Salgueiro, subindo a Rua Potengi, também é exíguo (dezesseis) e uma parte apreciável desse número talvez sejam edículas e não casas (*tabela N° 1*).

Ao contrário dum dos mais pervasivos mitos sobre a gênese das favelas apontados por Lícia Valadares e Maria Laís Pereira da Silva, isto é, a origem em invasões de terrenos, Trapicheiros concorda com os muitos casos nos quais a favelização foi uma iniciativa deliberada dos proprietários fundiários para gerar rendas locatícias.⁹ Segundo os dados estatísticos disponíveis, a região da Tijuca foi durante muito tempo uma das mais marcadas pelo aluguel em favelas.¹⁰ Mesmo um levantamento muito superficial revela diversos anúncios em jornais nas décadas de 1940 e 1950

⁷ P. ex., no *Almanaque Laemmert* de 1906, p. 575, o endereço de Domingos Alves Salgueiro no Morro do Trapicheiro, N° 2, aparece sob a rubrica de “Leite fresco, queijos, manteiga e aparelhos para os mesmos (depósitos, importadores, exportadores e negociantes de -)”. CARDOSO, Elisabete Dezouart; VAZ, Lilian Fessler; ALBERNAZ, Maria Paula; AIZEN, Mário; PECHMAN, Roberto Moses; VASCONCELOS, Marcelo Braga (il.). *Tijuca*, pp. 104-106.

⁸ Apesar da óbvia importância para o estudos urbanísticos, praticamente não há informações sobre os aerolevantamentos de 1928. MENDES, Ricardo. *S.A.R.A. Brasil*, pp. 49-51; CZAJKOWSKI, Jorge. *Do Cosmógrafo ao Satélite*, pp. 101-107. Meu próprio acesso à série de aerofotografias e cartas cadastrais foi feito por canais informais dentro da Prefeitura carioca (e não por consulta ou cópia em arquivos) e o material que obtive é incompleto e, por vezes, de baixa resolução.

⁹ SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas*, p. 100; VALADARES, Lícia. “A gênese da favela: a produção anterior às ciências sociais”, p. 25. Observe-se que a própria autora, no seu estudo clássico sobre remoções, de 1978, ainda estava informada pelo viés que pressupunha a invasão como principal nexos do favelado com a terra. VALADARES, Lícia. *Passa-se uma Casa*, pp. 30-31.

¹⁰ Em 1948, na região da Tijuca, 77,34% dos barracos pagavam aluguel. SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas*, p. 105.

transacionando terrenos com barracos no bairro.¹¹ Em Trapicheiros, os mais antigos recibos de aluguel que recolhemos retrocedem a 1942 e 1943 em favor do português Antônio Augusto da Silva (1869–1950), cujos descendentes manterão a propriedade da gleba até 1983.¹²

Antônio Augusto da Silva já explorava a locação de barracos pelo menos desde 1931, quando moveu ação de despejo contra um inquilino, dando-lhe prazo de cinco dias.¹³ Como na gleba se incluía uma construção de feitiço industrial datada de 1919, cujo endereço é bem a propósito o mesmo que consta no registro imobiliário e nos recibos de aluguel, podemos supor que a família também tenha enveredado no setor manufatureiro. O aluguel de barracos pode ter surgido como exploração complementar do resto “inaproveitável” do terreno íngreme, o que, na literatura, às vezes se chama de “favelas de fundo de quintal” e, no caso do vínculo com indústria, “favelas operárias”.¹⁴ Enquanto muitas favelas da Zona Sul alojavam empregados em setores de serviços, de construção civil ou em biscates, as tijucanas tenderam durante bastante tempo a um perfil mais operário por conta das indústrias da região. Tanto notícias em jornais quanto depoimentos de moradores apontam presença operária significativa, ao menos para os homens, entre as décadas de 1930 e 1950: gráficos, funcionários da cervejaria Hanseática.¹⁵

Os aluguéis deviam propiciar renda considerável em Trapicheiros. Por volta de 1950, se mencionam nada menos que oitenta barracos no registro imobiliário da gleba.¹⁶ Embora ignoremos as minúcias da trajetória familiar dos proprietários, é certo de que desde a década de 1930 eram abastados: o filho que viria a herdar a gleba presidia uma associação nacional de automobilismo em 1936, nas décadas de 1940 e 1950 ocupou

¹¹ P. ex., *Jornal do Comércio*, 29/06/1952, p. 23; “Espólio - Leilão de Grande Terreno”, *Jornal do Comércio*, 20/05/1945, p. 27. Nesse último anúncio, o terreno está na “rua conhecida como Rua Dona Olímpia”, confrontando “de 1 lado com terrenos do Barão de Santa Margarida e de outro com Francisco Graça ou sucessor e nos fundos com propriedade da Light and Power: mede 34m,60 x 130m,00 e nele estão edificadas 6 barracões toscos de pau à pique, inclusive 1 estábulo, o que tudo tem os números dados pela Saúde Pública, de 296, 297, 298, 300 e 301.”

¹² Cf. <https://gw.geneanet.org/juliana2?lang=en&iz=2&p=antonio+augusto&n=da+silva>. Os dados são corroborados, em parte, pelos avisos fúnebres no *Jornal do Comércio*, 22/01/1950, p. 24; 26/01/1950, p. 16.

¹³ *Jornal do Comércio*, 10/08/1931, p. 9.

¹⁴ SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas*, pp. 112-116; LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*, p. 155.

¹⁵ *Jornal do Brasil*, 06/02/1945, p. 8;

¹⁶ 11º Ofício de Registro de Imóveis, Matrícula Nº 17.572, livro 2E/2, fls. 261 (cópia disponível no Processo Administrativo, Iterj, E-19/014/427/2015, fls. 447 v.)

cargos de direção no elitista Fluminense Football Club e em começos da década de 1960 residia num endereço nobre em Copacabana.¹⁷

Um fator que favoreceu a instalação de casas em Trapicheiros apesar do terreno íngreme era a existência, desde pelo menos 1928, duma picada pela cota de 50 metros, ligando as ruas Potengi e Francisco Graça à Henrique Fleiuss, esta uma via sem saída carroçável. O vetor inicial de crescimento parece ter sido pelo nordeste e não pelo sudoeste. Duas razões favorecem essa interpretação: os recibos cobrarem-se na Rua Francisco Graça e haver menções posteriores, na década de 1960, de que o acesso à comunidade, ou parte dela, se fazia por aí: “casa que ocupa no Morro do Trapicheiro s/n C 9 com entrada pela Rua Francisco Graça 81”.¹⁸ Esse acesso, outra vez, reforça o vínculo das primeiras moradias com a indústria, pois é nesse endereço que se situa a construção de feitiço fabril. A Rua Francisco Graça era também um dos acessos ao próprio Salgueiro. Essas evidências apontam que, no passado, Trapicheiros entreteve maiores vínculos com o Salgueiro. A dissolução desses vínculos, veremos, não deixou de passar posteriormente por um processo de negociação da identidade comunitária a fim de obter ganhos, simbólicos e jurídicos.¹⁹

A data mais recuada dos recibos ser 1942 pode-se ler como mero artefato de conservação documental, mas também pode ter implicações mais radicais. Em janeiro de 1942, fortíssimos temporais caíram sobre o Rio de Janeiro. Em Trapicheiros houve, pelo menos, cinco mortes, três delas em função do desprendimento de duas pedras que atingiram um barraco.²⁰ Podemos assegurar que o topônimo das reportagens corresponde àquilo que hoje se designa como Trapicheiros e não a outros setores do Morro do Salgueiro, pois há menções explícitas a dois logradouros contíguos à favela. Em entrevista com moradora, foi-nos relatado que o temporal teria causado não apenas mortes, mas a completa erradicação daquele setor da favela. Segundo a depoente, essa primeira leva de moradores, portugueses, não

¹⁷ “As Atividades da Asab [Associação Sportiva Automobilística Brasileira]”, *A Nação*, 15 de junho de 1936, p. 10; “Gaspar Labarthe da Silva foi indicado”, *Diário de Notícias*, 20/12/1941, p. 12; “Novos elementos do Fluminense e do São Paulo viajam para Montevideú”, *Diário de Notícias*, 14/12/1944, p. 14; “Bola Society”, *Jornal dos Sports*, 15/07/1955, p. 10.. O endereço em Copacabana é a Rua Santa Clara, Nº 80, E, fls. 70

¹⁸ Processo Administrativo, Iterj, E-19/014/427/2015, fls. 71.

¹⁹ Segundo os mapas da Prefeitura da década de 1990, Trapicheiros não integraria o Salgueiro. Cf. materiais disponíveis na biblioteca do Instituto Pereira Passos sobre o Projeto Favela-Bairro no Salgueiro cotados como: FB, 711.5 Salgueiro, l64d, 1996 – Plantas da Favela do Salgueiro por Jorge Mário Jauregui, fevereiro de 1996.

²⁰ “Aparecem mais dois corpos de vítimas do temporal”, *Diário da Noite* 10/01/1942”, p. 2; “Três cadáveres semi-enterrados na lama”, *O Jornal*, 08/01/1942, p. 5; “A cidade sob forte temporal”, *Jornal do Comércio*, 08/01/1942, p. 4.

manteria relação de continuidade com quem hoje habita o Trapicheiros. Se tal depoimento corresponder aos fatos, abre-se a perspectiva de descontinuidades na evolução das pequenas favelas cariocas em função de catástrofes como temporais, deslizamentos de terra, incêndios etc.

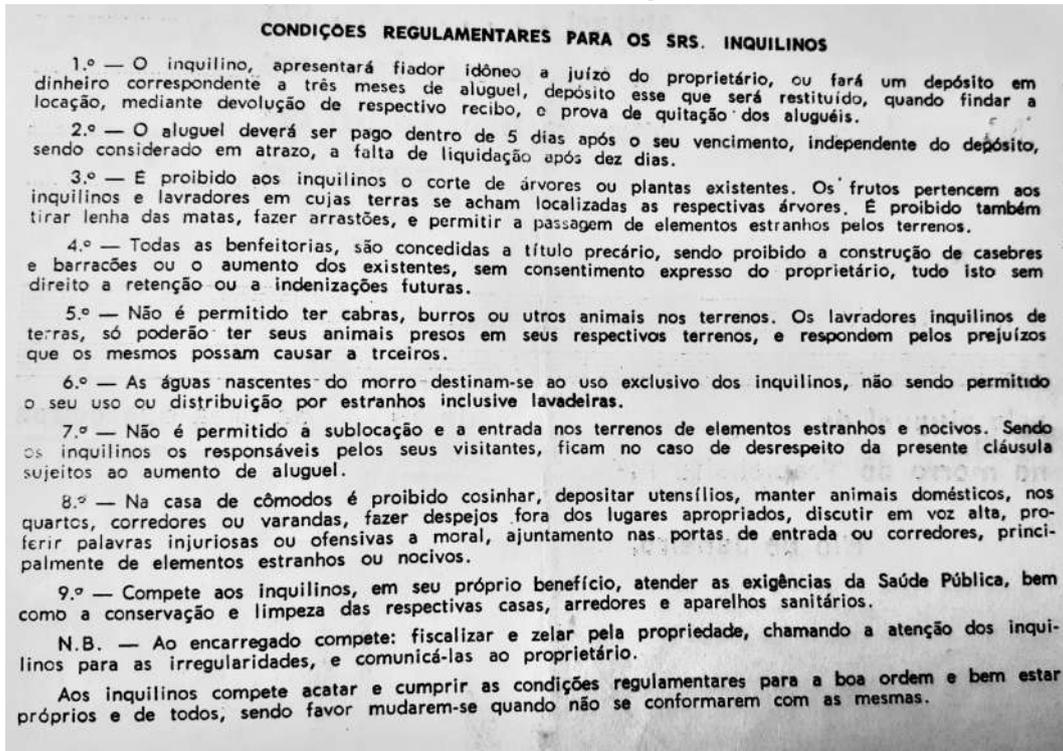
No verso dos recibos de aluguel, enumeravam-se as obrigações dos inquilinos (*figura Nº. 1*). Aparentemente, de 1950 a 1981, não houve alteração nessas cláusulas. Sabemos que as cláusulas se aplicam às casas do Trapicheiro e não são regras genéricas que casuisticamente poderiam fazer sentido só noutras propriedades do locador, porque em todos os recibos vem impressa a fórmula “morro do Trapicheiro”. Como a construção de barracos dependia de expressa autorização do proprietário e, por outro lado, se menciona a existência duma casa de cômodos, é de deduzir que os barracos fossem erguidos por autoconstrução enquanto a casa de cômodos obviamente teria sido investimento do dono da gleba. A presença da casa de cômodos atesa outra vez que os proprietários organizavam a oferta da moradia popular como um negócio, discriminando, inclusive, o tipo de produto conforme a demanda (a casa de cômodos era tradicionalmente favorecida por solteiros enquanto os barracos, por casados).²¹ Outra vez há concordância com os padrões sociológicos: entre os diversos ramos em que havia especialização étnica na economia carioca, encontrava-se a exploração de casas de cômodos por portugueses.²² Resta a dúvida se a casa de cômodos precedeu ou sucedeu a exploração dos barracos.

²¹ Sobre essa pequena-burguesia do setor imobiliário, cf. RIBEIRO, Luís César de Queirós. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados*.

²² Na própria região do Salgueiro, há exemplos de portugueses no setor da moradia popular. Em 1936, o português Josué dos Santos Rodrigues era arrendatário duma avenida e tentou despejar à bala um inquilino com aluguel atrasado do casebre de tábuas. Segundo reportagem, os inquilinos pagavam 70\$000 pelo cortiço que não valeria a metade. “Josué, o furibundo”, *Correio da Manhã*, 26/08/1936, p. 8.

Figura Nº 1

Verso de recibo de aluguel



A construção dos barracos cabia aos próprios moradores. Em todo o caso, não se indenizavam as benfeitorias ao fim do contrato, grande desincentivo a que os moradores investissem em melhorias. Para os proprietários da gleba, a recusa à indenização da benfeitoria permitia constituir um estoque residencial a custo zero, pois, rescindido o vínculo locatício, o barraco ingressaria no patrimônio do senhorio. Uma das mais antigas moradoras, estabelecida em 1946, recorda que os pais alugaram um barraco já pronto. A precariedade jurídica junto a custos relativamente elevados com materiais de construção mais sólidos determinarão que em Trapicheiros, como muitas outras favelas cariocas, se edifique durante muito tempo com materiais precários.²³ Segundo os moradores, as casas eram construídas de pau-a-pique (“estruque”) em estruturas de bambu preenchidas com o próprio barro do morro e recobertas de chapas de zinco. Somente após a interrupção da cobrança de alugueis por volta de começos da década de 1990 é que os moradores passam a erguer casas de alvenaria. Trata-se de época relativamente tardia para essa mutação. A título de comparação, o Jacarezinho e Barreira do Vasco já contavam com cerca de 90% de casas de alvenaria

177

²³ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, p. 67.

em 1969; em fins da década de 1990, no Salgueiro somente as casas nas porções mais altas do morro e, portanto, mais marginais eram feitas de madeira ou pau-a-pique.²⁴

A precariedade manifestava-se também noutros aspectos. Ainda em meados da década de 1980, os moradores recolhiam lenha por não terem acesso a gás de cozinha. Como Trapicheiros não estava ligado à rede hidráulica oficial, a água obtinha-se de nascente, represada num pequeno poço e distribuída por tubos de borracha. O acesso à água era contabilizado nas cobranças de aluguel e o uso regulado por proibições como impedir que lavadeiras de fora viessem trabalhar ali (interdito que, incidentalmente, revela que isso ocorreu com certa freqüência). A nascente secou na década de 1990 e o abastecimento passou-se a fazer por ligações clandestinas. O acesso à rede elétrica parece que existia já na década de 1940. Como só se instalaram relógios individuais na década de 2010, a distribuição e a cobrança provavelmente se faziam pelo sistema de cabines de luz, isto é, a partir duma residência que dispunha de ligação com a rede elétrica e distribuía, geralmente a taxas elevadas, a eletricidade para os demais moradores. Provavelmente tal casa era a do preposto do proprietário, que morava para os lados da Rua Francisco Graça. Uma moradora alega que, por economia, a iluminação era feita com lamparina, lâmpada elétrica só se acendendo em ocasiões de visita.

A se tirar por cartas cadastrais, censos e registros imobiliários, o crescimento da gleba de Trapicheiros estabilizou-se entre fins de 1940 e 1975 num patamar de 80 construções (*tabela N° 1*) Se nesse entretempo o todo (a gleba) não variou, é de se inferir que a quantidade de construções que havia em Trapicheiros não tivesse variado significativamente. A dispersão das moradias, perceptível até hoje, era mais acentuada ainda em 1975: as 27 construções organizavam-se em seis núcleos, um deles quase cem metros separado dos demais.

²⁴ LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*, p. 196. Projeto Favela-Bairro no Salgueiro, FB, 711.5 Salgueiro, I64d, 1996.

Tabela Nº 1

Evolução no número das construções na favela de Trapicheiros e na gleba

Ano	Trapicheiros			Resto da gleba			Total da gleba
	Casas	Edículas	Construções	Casas	Edículas	Construções	
1928	3	0	3	9	8	17	20
1935	3	0	3	9	8	17	20
1948	–	–	–	–	–	–	87
c.1950	–	–	–	–	–	–	80
1957	?	?	?	?	?	?	?
1975	20	7	27	49	4	53	80
1999	16?	?	?	?	?	?	?
2018	56	–	56	–	–	–	?

Fontes: 1928: Aerolevantamento, folha 87; 1935: Carta cadastral, folha 43 (é a redução do aerolevantamento de 1928); 1948: *Censo das Favelas*; c. 1950: Registro imobiliário; 1957: Carta cadastral, folha 254SE 1975: Carta cadastral, folhas 287-C-I-5, 287-C-I-6; 1999: Ortofoto 287c; 2018: Cadastro do Iterj. **Observações:** Por edículas entendo construções diminutas, geralmente quadradas ou muito estreitas, estejam aglomeradas ou não a casas. Presumo que as edículas não serviriam para a moradia. A carta cadastral de 1957 registra um trecho ínfimo do Trapicheiros e mais nada da gleba. Não encontrei o aerolevantamento de 1964. A contagem da ortofoto de 1999 é dificultada pelas árvores e não me propus a contar as construções no resto da gleba. Dados não disponíveis são designados por travessão (–); dados incertos por ponto de interrogação (?)

Crescendo lentamente e pouco adensada, em Trapicheiros até fins da década de 1980 sobreviveram hortas, pomares e pequenas roças, onde se plantavam couve, mostarda, alface, quiabo, milho, feijão e algodão.²⁵ Alguns moradores vendiam húmus (“terra preta”) e artesanato feito com palha de milho. Uma família dedicou-se com tanto afínco a criar cavalos, bode e cabritos para vender estrume que passou a ser chamada de “Cabrinha”. A criação ocorria numa das partes mais altas da comunidade, num setor hoje despovoado. A faceta ruralizante é legível nas cláusulas dos recibos de aluguel que proibiam aos moradores dos barracões manterem gado, o que só se autorizava aos “lavradores inquilinos de terras”. De fato, a distinção entre “morador” e “lavrador” aponta para usos do solo distintos e, por conseguinte, para a própria heterogeneidade histórico-social que se esconde por trás do conceito de favela.²⁶ Mesmo criticando, com razão, a

²⁵ Uma depoente mencionou também arroz, que se pode também plantar em sequeiro.

²⁶ VALADARES, Lícia. “Qu’est-ce que c’est une favela?”, pp. 65-66.

hipótese então corrente sobre o caráter rural dos favelados, Anthony Leeds observou que, por volta de 1970, as hortas e a criação de animais se inseriam nas táticas de complementação de renda favorecidas pelo espaço baldio das favelas menos densas²⁷ – tática, acrescentamos nós, que também, até há pouco, se adotava nos quintais das casas suburbanas e periféricas para contornar crises de abastecimento e de inflação.

Observa-se que a evolução de Trapicheiros é defasada em relação ao Salgueiro por várias persistências: relação locatícia, atividades agro-pastoris, dispersão residencial e construção em materiais precários. Por outro lado, o feitio “arcaico” de Trapicheiros impediu o estabelecimento do narcotráfico ou doutras formas de poder criminoso. A ruptura dos padrões locatícios por volta de 1990 abriu nova fase, que gerou maiores aproximações estruturais com o Salgueiro. Houve influxo de moradores do Salgueiro, algo que, por razões óbvias, é afirmado de maneira muito oblíqua pelos moradores, mas se observa no incremento das casas nas aerofotografias e cartas cadastrais. Ensaiou-se também aproximação política de Trapicheiros com o Salgueiro: uma das primeiras figuras a organizar os moradores, trazendo melhorias como postes de iluminação pública, provinha do Salgueiro.²⁸ Em todo o caso, a fusão entre ambas as favelas não ocorreu. Decerto, sopesou-se que os ganhos quantitativos em se integrar às lutas duma grande favela eram anulados não só pela previsível perda de autonomia da organização local, mas talvez sobretudo pelo incremento do estigma de violência e marginalidade que a associação direta com o Salgueiro traria.

180

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ALUGUÉIS

A estabilidade contratual nas cláusulas de aluguel, o valor relativamente módico a partir de meados da década de 1950 e a longa permanência da propriedade sob as mesmas pessoas decerto favoreceram a fixação das famílias (a mudança de proprietário é um elemento disruptivo em muitas localidades, urbanas ou rurais, onde o vínculo jurídico com a terra é precário). Ao mesmo tempo, como já mencionamos, a persistência mais duradoura do aluguel, até por volta de 1990, influiu na evolução divergente de Trapicheiros em relação ao Salgueiro, onde as relações de

²⁷ LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*, pp. 108-109.

²⁸ Projeto Memórias pela Luta pela Terra, Paulo Roberto da Silva Machado, 09/12/2020. Há referências em MAGALHÃES, Gilberto; ARRUDA, Marta. *Coisas do Morro*. Rio de Janeiro: Reporoarte, 2011, pp. 59-63. Como costureiro na história microrregional, trata-se de obra pouco rigorosa, mas fornece pistas investigativas.

inquilinato se desfizeram mais cedo ou se conservaram em senhorios menores e múltiplos (no registro imobiliário da gleba, há cinco confrontantes pelo lado do Salgueiro cerca de 1950).

Em Trapicheiros, os aluguéis eram cobrados por um preposto, quem também se encarregava de esclarecer eventuais alterações contratuais, como quando em novembro de 1963 o proprietário enviou uma circular aos inquilinos explicando que haveria alterações no valor do imposto predial cuja base de cálculo deixava de ser o aluguel e passava a tomar a área construída.²⁹ Em certos casos, o proprietário parece que lidava diretamente com os inquilinos. Há uma carta cujo propósito era “confirmar os nossos entendimentos verbais com referência ao reajustamento do aluguel”. A justificativa estaria no artigo 5º da Lei Federal Nº 3.912 de 3 de julho de 1961.³⁰ O artigo permitia o reajuste de aluguel desde que o inquilino anuísse por escrito. Caso não anuísse, o inquilino só poderia ser despejado por distrato após um ano da recusa do reajuste do aluguel. A lei de 1961 foi uma das treze renovações e reformulações que aconteceram entre 1952 e 1964 da Lei Nº 1.300 de 1950, mais conhecida como Lei do Inquilinato. Em verdade desde 1942 vigiam controles sobre os aluguéis, introduzidos sob o argumento de proteger a economia do Brasil, que acabava de entrar na Segunda Guerra Mundial. Tanto no contexto do período autoritário quanto no democrático, uma das aparentes benesses estendidas às classes trabalhadoras urbanas foi o congelamento dos aluguéis. Na verdade, o que se mascarava aí era a incapacidade de criar políticas públicas eficientes para sanar o déficit da moradia popular ao contrário de países europeus em que o Estado substituiu os investidores privados no setor habitacional.³¹ De fato, se observamos a Tabela 2, entre 1942 e 1953, praticamente não houve majoração no aluguel em Trapicheiros enquanto, entre 1943 e 1949, o custo de vida no Rio aumentou mais de 100%.³²

É curioso que a relação entre os proprietários e os moradores de Trapicheiros se guiasse por formalismos contratuais e legais, inclusive cobrando impostos prediais: desde 1937, o Código de Obras carioca multava quem cobrasse aluguel de zonas enquadradas como favelas. A partir de 1959, uma série de portarias e decretos proibiram a cobrança de aluguéis em favelas.³³ Para Maria Laís Pereira da Silva, a postura menos

²⁹ Processo Administrativo, Iterj, E-19/014/427/2015, fls. 70.

³⁰ Processo Administrativo, Iterj, E-19/014/427/2015, fls. 71.

³¹ BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*; KÄHLER, Gert. “Nicht nur Neues Bauen! Stadtbau, Wohnung, Architektur”, pp. 315-316.

³² *Estatísticas históricas do Brasil*, tabela 5.3, p. 177.

³³ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro*, pp. 193, 233.

tolerante, sobretudo a partir de 1963, afrouxou a formalidade nas relações entre proprietários e inquilinos nas favelas. Outra vez, é possível que a correspondência do proprietário seja um artifício da conservação documental, mas sua ausência a partir de 1963 não deixa de concordar com o contexto das remoções sob os governos guanabarinos de Lacerda e Negrão de Lima quando se passou a requerer mais discricção.

Para Trapicheiros há excelente exemplo da ambigüidade entre o legal e o ilegal na exploração de aluguéis de favelas. Em 1968, poucos meses antes da morte do proprietário da gleba, Gabriel Labarthe da Silva (filho de Antônio Augusto da Silva), apareceram num jornal de grande circulação dois chamativos anúncios imobiliários: “Granja – Tijuca. Vende-se uma granja na Rua Francisco Graça, 81, no final da Rua General Rocca. Tel. 52-5558, sr. Gomes.”³⁴ Conquanto sumário, o anúncio é rico. Por um lado, revela as precauções necessárias nesse tipo de transação ao declarar o imóvel como “granja”, subterfúgio para mascarar o fato de que se vendia afinal o terreno numa favela com alguns usos agropecuários, e ao camuflar o proprietário atrás dum preposto, limitado ao genérico sobrenome Gomes. Por outro lado, o anúncio não tem pejo de situar a “granja” no mesmíssimo endereço onde funcionava instituição pública, uma escola municipal, que era a construção de feitiço industrial de que falamos e que, em 1964, foi desapropriada pela Prefeitura, insatisfeita com a tentativa de se majorar o aluguel em 500%.³⁵

³⁴ *Correio da Manhã*, 12/04/1968, caderno de classificados, p. 1; *Correio da Manhã*, 14/04/1968, caderno de classificados, p. 3

³⁵ *Correio da Manhã*, 13/10/1964, p. 8; *Correio da Manhã*, 17/10/1964, p. 8. Esse foi o período quando o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, deu início a um ambicioso plano de universalizar o acesso escolar. Entre as alternativas para além da simples construção de novas escolas, estava o aluguel de prédios.

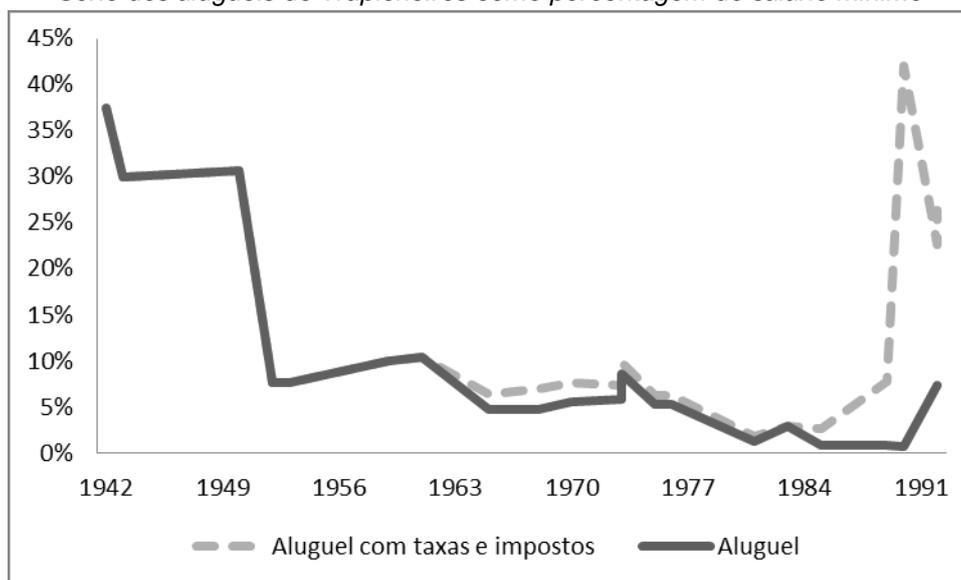
Tabela Nº 2
Série dos aluguéis de Trapicheiros

Data	Casa	Aluguel (Cr\$)	Taxas (Cr\$)	Imposto predial (Cr\$)	Total (Cr\$)	Salário mínimo (Cr\$)	Aluguel/SM (%)	Total/SM (%)
Novembro/1942	A	90,00	-	-	90,00	240,00	37,5%	37,5%
Novembro/1943	A	90,00	-	-	90,00	300,00	30,0%	30,0%
Dezembro/1950	B	92,00	-	-	92,00	380,00	30,6%	30,6%
Junho/1952	B	92,00	-	-	92,00	1.200,00	7,6%	7,6%
Fevereiro/1953	B	92,00	-	-	92,00	1.200,00	7,6%	7,6%
Dezembro/1959	C	600,00	-	-	600,00	6.000,00	10,0%	10,0%
Agosto/1961	C	1.000,00?	-	-	1.000?	9.600,00	10,4%	10,4%
Agosto/1965	A	3.080,00	500,00	500,00	4.250,00	66.000,00	4,7%	6,4%
Dezembro/1968 ^a	B	6,08	1,00	2,10	9,18	129,60	4,7%	7,0%
Dezembro/1970	B	10,43	1,00	3,07	14,50	187,20	5,5%	7,7%
Agosto/1973	B	18,18	1,00	3,82	23,00	312,00	5,8%	7,3%
Agosto/1973	A	27,00	1,00	3,00	31,00	312,00	8,6%	9,9%
Novembro/1975	B	28,18	1,00	3,82	33,00	532,80	5,3%	6,2%
Fevereiro/1976	B	28,18	1,00	3,82	33,00	532,80	5,3%	6,2%
Dezembro/1981	C	422,00	80,00	138,00	640,00	34.776	1,2%	1,8%
Dezembro/1983	A	1.660	-	-	1.660,00	57.120	2,9%	2,9%
Novembro/1985	D	5.408,00	-	11.379,00	16.788,00	600.000,00	0,9%	2,7%
Fevereiro/1989 ^b	D	0,52	4,48	-	5,00	63,90	0,8%	7,8%
Dezembro/1990	C	68,78	-	3.645,76	3.714,54	8.836,82	0,7%	42,0%
Mai/1992	C	16.738,25	-	36.303,90	52.042,15	230.000,00	7,3%	22,6%
Julho/1992	C	16.756,25	-	53.256,10	60.572,36	230.000,00	7,3%	26,3%

Observações: Todos os valores monetários são em cruzeiros (Cr\$) exceto a: cruzeiro novo (NCr\$); b: cruzado novo (NCrz\$). Salário mínimo no valor regional. Substituí a numeração das casas por letras.

Gráfico N° 1

Série dos aluguéis de Trapicheiros como porcentagem do salário mínimo



A gleba passou em 1973 a Marçal Portes Silva, filho do proprietário anterior.³⁶ Em 1983, a gleba foi permutada com a P. Marchetti Engenharia e Construção Ltda. A permuta marca a tentativa de penetração dum capital imobiliário estruturado, ao contrário do simples aluguel de barracos como vinha acontecendo há meio século. Se a declividade do terreno inviabilizaria ou, ao menos, dificultaria a construção de edifícios de apartamento, seria possível lotear o terreno para a construção de casas de médio e alto padrão, como as existentes no trecho carroçável da Rua Henrique Fleiuss. Quer pela crise aguda da década de 1980, quer pela concomitante decadência da Tijuca como bairro atraente à classe média, quer pela conjuntura de crise no setor imobiliário,³⁷ quer pelas dificuldades financeiras da firma que acumulava pedidos de falência³⁸, o fato é que nada de concreto se fez para edificar ou para remover a comunidade. As dificuldades da empresa sem dúvida resultaram no abandono da cobrança dos aluguéis, algo que ocorreu em começos da década de 1990. A omissão do proprietário criou assim os pressupostos legais para os moradores usucapirem os imóveis.

Se observamos a Tabela N° 2 com os custos do aluguel e, mais ainda, o gráfico correlacionando-os com o salário mínimo, emergem conclusões

³⁶ É o registro imobiliário que dá a entender que Marçal Portes Silva é filho de Gaspar Labarthe da Silva.

³⁷ RIBEIRO, Luís César de Queirós. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados*, p. 294.

³⁸ *Jornal do Comércio*, 08/01/1981, 2º caderno, p. 3; *Jornal do Comércio*, 23/07/1998, B-9; *Jornal do Comércio*, 08/07/1998, B-8; *Jornal do Comércio*, 20/06/1998, B-7; *Jornal do Comércio*, 24/03/1998, B-9; *Jornal do Comércio*, 18/11/1980, 2º caderno, p. 3.

interessantes a despeito de certas dificuldades metodológicas. A série conta com apenas 21 amostras (embora bem distribuídas no tempo), os períodos inflacionários e hiperinflacionários como os vividos entre 1960 e 1965 e 1983 a 1992 atrapalham as comparações e ignoramos o histórico das rendas familiares de Trapicheiros, que, como em várias favelas, muitas vezes se situavam abaixo do salário mínimo. Em todo o caso, observam-se as seguintes fases e pontos nas tendências no valor relativo do aluguel e do montante junto a taxas e impostos prediais que se podem relacionar a contextos específicos e gerais:

a) 1942 a 1950: queda ligeira, aluguel congelado pela Lei do Inquilinato;

b) 1952: queda abrupta do valor relativo pela política de valorização do salário mínimo e manutenção das restrições à majoração do aluguel;

c) 1959 a 1973: relativa estabilização, com um primeiro período de queda e um segundo período de alta, havendo a introdução de taxas que evoluem em paralelo com os aluguéis

d) 1973 a 1985: declínio acentuado, provavelmente em função do desinteresse do proprietário em gerenciar o senhorio em favela, fonte de renda que recuava como investimento para setores da classe média desde a década anterior³⁹ (recorde-se que a família Silva tentara se desvencilhar da gleba já em 1968);

e) 1985 a 1991: alta acentuada sobretudo a partir de 1989 – primeiro em função dos impostos prediais e logo depois também em função dos aluguéis –, associada a um grupo imobiliário.

O movimento mais claro é uma tendência de queda até meados da década de 1980, quando a P. Marchetti assume a gleba. Como durante os primeiros anos, os aluguéis cobrados pela empresa nunca excederam 8% do salário mínimo, é de se supor que inicialmente a P. Marchetti só pretendesse afirmar seu domínio sobre a gleba. Entretanto, por alguma razão, talvez a própria situação crítica da firma, os aluguéis dispararam em 1990. A disparada talvez pretendesse menos capitalizar a firma do que promover a expulsão dos moradores e liberar o terreno para um empreendimento salvador. Seja por resistência dos moradores, seja por falência da proprietária, as cobranças interromperam-se.

³⁹ Em 1970, só 13,7% dos favelados cariocas pagariam aluguel. VALADARES, Lícia. *Passa-se uma Casa*, pp. 51-52.

VISIBILIDADE, INVISIBILIDADE E MIRAGEM DUMA FAVELA ATRAVÉS DOS CENSOS E DA TOPONÍMIA

Pesquisadores como Lícia Valadares e Rafael Soares Gonçalves têm apontado a importância de se pensar a evolução e a variação do conceito de favela, sobretudo em fontes de natureza estatística como censos.⁴⁰ Creio que a discussão possa ir além dos pressupostos dos recenseadores sobre a definição dum lugar como “favela” e também investigar quais critérios guiavam os enquadramentos toponímicos – noutras palavras, entender a lógica usada para se unificar certa área como Favela X ou, pelo contrário, cindi-la em Favela X e Favela Y. Essa reflexão metodológica é importante para que o pesquisador faça uma crítica histórica das fontes mais refinada, permitindo definir a qual espaço geográfico de fato corresponde o topônimo e assim estabelecer as devidas comparações diacrônicas.

Entre as muitas possíveis razões para as variações toponímicas de como são agregados os dados nas fontes estatísticas, existe uma claramente geo-histórica: muitas favelas que hoje se apresentam como indistintamente adensadas evoluíram a partir de núcleos de casas dispersos entre si. Na “conurbação”, uma localidade menor ao ser absorvida pela maior tenderia a perder a identidade autônoma, eventualmente mantida senão como microtopônimo subordinado. Portanto, no período quando a dispersão dos núcleos de casas era a regra, o recenseador poderia considerar a) que os núcleos menores, não conurbados com os núcleos maiores, deveriam ser mantidos com identidade própria, sobretudo quando havia elementos endógenos para tal (p. ex., perfil étnico ou social distinto, diferença no padrão construtivo); ou b) que, pelo contrário, esses núcleos menores deveriam ser simplesmente computados como pertencentes ao aglomerado maior. Além dessa faceta metodológica, é preciso recordar que Marcos Alvito, perplexo com a multiplicidade de “microáreas” sociologicamente funcionais em Acari, constatou a falta de estudos monográficos sobre as divisões locais em favelas e sua imbricação com os níveis supralocais (para exemplificar no nosso caso, os órgãos de recenseamento).⁴¹ É dentro do senso comum diádico que vê a favela como fenômeno distinto da urbanização do resto da cidade que se pode também entender a necessidade de se nomear, de se etiquetar qualquer

186

⁴⁰ VALADARES, Lícia. *A Invenção da Favela*; VALADARES, Lícia. “Qu'est-ce que c'est une favela?”, pp. GONÇALVES, Rafael Soares. “Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário”, *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v. 28, 2020, pp. 1-30.

⁴¹ ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari*, pp. 61-73.

aglomerado de casebres, o que não ocorreria de forma tão insistente com outras tipologias edilícias. A forma que se dá essa nomeação é complexa e envolve a interação de fatores endógenos e exógenos, que só um estudo histórico pode esclarecer.

Trapicheiros revela tais problemas metodológicos em dois recenseamentos, feitos em brevíssimo intervalo. Elaborado pela Prefeitura do Distrito Federal entre fins de 1947 e começos de 1948, o *Censo das Favelas*, publicado em 1949, foi a primeira obra oficial no gênero.⁴² Nele registra-se uma favela Trapicheiros no bairro da Fábrica das Chitas, que abarcava o setor do Asilo Bom Pastor – ou seja, as imediações da atual comunidade. Aí se contam 87 casas, valor muito próximo ao do registro imobiliário da gleba (a título de comparação, o Salgueiro tem 953 casas, 13 estabelecimentos comerciais e 8 prédios mistos).⁴³ No censo nacional, de 1950, o primeiro a incluir favelas cariocas, adotou-se o limiar de 50 casas para o enquadramento como favela. No entanto, o censo nacional de 1950 ignorou Trapicheiros, registrado no censo municipal do ano anterior. Como explicar o sumiço? A resposta não é das mais óbvias.

O censo de 1949 identificou 119 favelas que, por critérios de descarte, caíram para 105. Tais critérios de descarte eram amalgamar “numa só unidade núcleos dispostos na mesma unidade topográfica com denominações diferentes”, áreas pertencentes aos próprios favelados ou áreas legalizadas (isto é, com registro fundiário e ocupadas com consentimento do proprietário). Entre os cinco critérios que o censo de 1950 usava para definir favelas estava o limiar de 50 casebres e a localização em terreno de “terceiros ou de propriedade invadida”. O censo de 1950 registrou menos da metade das favelas que o seu antecessor, pois desconsiderava “pequenos grupos de casebres” e preferia amalgamar áreas (observe-se que, embora essa diretriz também existisse no censo de 1949, ainda assim se chegaram a quantitativos diferentes).⁴⁴

Mesmo nas concordâncias de critérios, os resultados para Trapicheiros divergem. Para ambos os censos, um conjunto de mais de 50 casebres em área invadida era favela. Mas, se os moradores de Trapicheiros pagavam aluguel desde 1942 (logo ocupavam a gleba com consentimento do proprietário), por que então foram incluídos no censo de 1949? E por que o censo de 1950 na tabela comparativa com as favelas

⁴² PREFEITURA do Distrito Federal. *Censo das Favelas*: aspectos gerais. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação do Departamento de Geografia de Estatística, 1949, p. 5.

⁴³ PREFEITURA do Distrito Federal. *Censo das Favelas*, p. 21.

⁴⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos. “As favelas do Distrito Federal”, p. 259.

amalgamadas sequer incluiu Trapicheiros, que, dois anos antes, já tinha 87 barracos?⁴⁵

Em primeiro lugar, o registro imobiliário parece que só foi feito entre ambos os censos: na certidão imobiliária consta o nome de Gabriel Labarthe da Silva em vez do seu pai, falecido justamente em 1950. A primeira averbação do registro imobiliário não traz data tampouco se reporta a um título fundiário anterior. Às vezes tais lacunas na cadeia dominial são entendidas como indício de grilagem, mas o registro fundiário no Brasil apresenta tantas falhas que é bastante provável que o proprietário anterior apenas nunca se tivesse preocupado em regularizar a gleba (não é de se excluir, porém, grilagem a partir dum domínio fundiário legítimo mais restrito, algo comum em favelas). Quer pela morte do pai, quer pelo temor de ações públicas contra área enquadrada pela Prefeitura como favela em 1949, o filho teria enfim tomado a iniciativa de regularizar a gleba Trapicheiros o mais rápido possível, donde o censo de 1950 sequer mencioná-la entre as áreas que amalgamou (por se tratar afinal de favela situada em terreno privado com anuência do proprietário). Outra possibilidade para o registro imobiliário ter sido feito nesse momento seria o temor de que, segundo as regras do Código Civil de 1916, os favelados cobrassem o direito à usucapião após vinte anos de posse numa relação locatícia informal – cronologia que quadra muito bem com o provável começo da ocupação do Trapicheiros por volta de 1930. No caso da família dona da gleba de Trapicheiros, se, por um lado, não se valer dos instrumentos cartoriais para se afirmar o domínio permitia evadir-se ao Código de Obras de 1937, que punia quem explorasse aluguel em favela, por outro lado abria o flanco para que os favelados contestassem o nexo locatício, contestação tão mais provável durante momentos de distensão política.⁴⁶

Em segundo lugar, o topônimo Trapicheiro(s) vinha sofrendo uma bissecular redução. Sua origem é a Chácara do Trapicheiro, que abrangia, em começos do século XIX, grande parte do que viria a ser o bairro da

⁴⁵ P. ex., o Morro dos Afonsos, individualizado pelo censo da Prefeitura, foi incorporado ao Borel no recenseamento federal, mas o amálgama é, coerentemente, registrado. GUIMARÃES, Alberto Passos. “As favelas do Distrito Federal”, p. 276.

⁴⁶ Sobre uma maior organização política das favelas, cf. PESTANA, Marco Marques. *A União dos Trabalhadores Favelados e a Luta contra o Controle Negociado das Favelas Cariocas (1954–1964)*. Niterói: Eduff, 2016.

Tijuca.⁴⁷ A chácara foi sendo loteada e adquirindo microtopônimos, fragmentação que não deixou de ocorrer também no Morro do Trapicheiro, que, até fins do Oitocentos, designava todo o morro do Salgueiro além doutros setores a sudoeste. Por volta da década de 1910, como mostra a imprensa da época, ainda se oscilava entre Trapicheiro(s) e Salgueiro para nomear a parte mais povoada do morro, impondo-se a partir do decênio seguinte o nome do proprietário português.⁴⁸ Na favela de Trapicheiros também o nexa com o “dono do morro” determinou o topônimo conquanto aqui o sentido tenha sido o de conservar o nome antiquado nos recibos de aluguel, decerto para afirmar o domínio distinto sobre a gleba. A expansão da favela do Salgueiro na segunda metade do século XX incorporando o extremo ocidental da gleba de Trapicheiros (o Caminho Largo) reduziu o topônimo ao lado oposto, que permaneceu isolado e com poucas casas (em 1975, havia apenas 20 casas no atual Trapicheiros, cf. tab. 1), constituindo o que se conhece hoje como Trapicheiros.

As aparentes incongruências entre os dois censos e a comparação com o registro imobiliário permitem esquadrihar o processo de formação territorial e identitária. O censo de 1949 mencionou Trapicheiros pois a gleba ainda não estava registrada em cartório embora, por influência do nexa locatício, os moradores reconhecessem o espaço que habitavam com uma designação própria, oscilando na sua identificação com o Salgueiro conforme a proximidade espacial. No censo de 1950, é possível que a favela tenha sido excluída por conta do registro da gleba no entretempo. Contudo, é até mais provável que os recenseadores simplesmente amalgamassem no Salgueiro a porção oriental da gleba pela contigüidade enquanto a porção ocidental, bem menos povoada e em núcleos dispersos, não era significativa o bastante para ser reputada como favela por si só.

Após dez anos de ausência, o censo de 1960 volta a registrar um “Morro dos Trapicheiros”. Aqui, porém, a favela designada é a Coréia, o

⁴⁷ CARDOSO, Elisabete Dezouart; VAZ, Lilian Fessler; ALBERNAZ, Maria Paula; AIZEN, Mário; PECHMAN, Roberto Moses; VASCONCELOS, Marcelo Braga (il.). *Tijuca*, pp. 71, 81. Informações fundiárias num estado avançado de fragmentação da chácara encontram-se no acervo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro: Inventário do Barão de Itacuruçá, cx. 2912, rg. 001637, cód. 2444, ano 1912, 3 v.

⁴⁸ A título de exemplo, “Porque não atende a absurdos... Os Santiagos querem ser os donos dos Trapicheiros”, *Lanterna*, 29/04/1918, p. 3; *O Imparcial*, 12/10/1920, p. 4; *O País*, 18/05/1909, p. 3. Uma notícia de 1913, já cinde Salgueiro e Trapicheiro. Manuel Ferreira era proprietário de uma chácara “da qual os moradores dos morros do Trapicheiro e Salgueiro se servem para encurtar o caminho para os referidos morros.”, “Crime? Encontro de um cadáver nas matas do Trapicheiro, *O Século*, 23/12/1913, p. 2

que se deduz pelo acesso viário.⁴⁹ Ignoramos as razões para essa duplicidade no topônimo Trapicheiros assim como para a fixação posterior do nome Coréia – que, aliás, se multiplicou em espaços díspares e distantes da cidade⁵⁰ –, mas o exemplo aponta, de novo, o cuidado metodológico que o pesquisador deve ter com a toponímia ao mesmo tempo em que o estudo comparativo permite entender melhor como se desenrolam as relações dos moradores entre si, com favelas vizinhas, com proprietários dos terrenos e com órgãos públicos. Não seria de se desconsiderar que o nome Trapicheiro(s) tenha sido conservado por várias favelas menores daquela banda meridional da Tijuca como meio de se distinguirem do Salgueiro, que já carregava estigma social de marginalidade. Em processos posteriores de construção idenitária, essas favelas adotaram outros nomes.

A redução toponímica demonstra outra vez que, para o bem ou para o mal, a atual favela de Trapicheiros não conseguiu se integrar no Salgueiro, nem aos olhos dos moradores, nem das associações de moradores, nem do poder público. Assim os moradores precisaram construir uma identidade para o lugar a fim de se defender e de pleitear seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de Trapicheiros aponta origem e longa trajetória como favela de aluguel, fenômeno corriqueiro no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX, mas que só voltou à atenção dos pesquisadores há cerca de vinte anos. Além de salvuardá-los para estudos futuros, a recolha sistemática dos recibos de aluguel e documentos conexos por instituições de pesquisa ou de políticas públicas ajudaria compreender melhor as flutuações nos valores locatícios e o seu impacto no custo de vida, as mudanças nas cláusulas contratuais, as táticas e as negociações entre senhorio e inquilinos, as tendências de crescimento antes e depois de finda a relação locatícia entre inúmeros outros processos. Sendo a favelização uma forma extrema de adequação da renda familiar à oferta de moradia, a colação de estudos monográficos aperfeiçoaria os modelos de estruturação do espaço urbano conforme tendências de longo

190

⁴⁹ INSTITUTO Brasileiro de Estatística. *Censo Demográfico de 1960: Favelas do Estado da Guanabara*, p. 97. O acesso é a Rua Monsenhor Battistone, erroneamente designada como Batistone.

⁵⁰ No censo de 1960, havia uma favela da Coréia na Gávea. Em Senador Camará, ainda existe uma favela da Coréia. O nome alternativo da Coréia como Trapicheiro talvez derive do rio Trapicheiro que percorre a favela. INSTITUTO Brasileiro de Estatística. *Censo Demográfico de 1960: Favelas do Estado da Guanabara*, p. 95.

prazo e reações conjunturais. Problemáticas esboçadas neste estudo monográfico podem ser ampliadas para as favelas da Tijuca, onde a relação locatícia era corriqueira. Em Trapicheiros, o comportamento dos proprietários entre as décadas de 1940 e 1960 parece guiado pelos contextos políticos mais permissivos ou repressivos a favelas. Ao mesmo tempo, a relação locatícia foi determinante na toponímia, pois preservou, no plano microlocal, a referência antiquada ao Morro do Trapicheiro ao mesmo tempo em que o registro imobiliário da gleba em 1950 fez com que a favela se tornasse subitamente “invisível” aos órgãos recenseadores. Em períodos posteriores, a preservação do topônimo ocorreu tanto pela falta de “conurbação” com o Salgueiro quanto pela necessidade de constituir identidade própria.

O estudo histórico das favelas é, contudo, às vezes dificultado pela hegemonia tripla das questões identitárias como objeto, da história oral como método e do imediatismo político como meta. No Brasil, há enorme deficiência de estudos microrregionais. Uma historiografia sobre favelas que trace a trajetória fundiária de maneira mais objetiva não só trará ganhos científicos como também aprimorará a defesa das comunidades populares nos inúmeros litígios que as acossam.

Agradecimentos

Ao cartógrafo José Simões e ao agrimensor Fernando da Silva Cerdeira, à antropóloga Hermínia Castro e ao historiador Mário Brum. Aos moradores de Trapicheiro, sobretudo os que se dispuseram às entrevistas e ao compartilhamento dos recibos de aluguel e outras fontes.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias impressas

PREFEITURA do Distrito Federal. *Censo das Favelas: aspectos gerais*. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação do Departamento de Geografia de Estatística, 1949.

GUIMARÃES, Alberto Passos. “As favelas do Distrito Federal”. *Revista Brasileira de Estatística*, julho/set. 1953, N° 55

INSTITUTO Brasileiro de Estatística. *Censo Demográfico de 1960: Favelas do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, [1968].

Bibliografia secundária

ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998

CARDOSO, Elisabete Dezouart; VAZ, Lilian Fessler; ALBERNAZ, Maria Paula; AIZEN, Mário; PECHMAN, Roberto Moses; VASCONCELOS, Marcelo Braga (il.). *Tijuca*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia / Index, 19

CZAJKOWSKI, Jorge. *Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000

FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas / Editora Puc Rio, 2013

_____. “Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário”, *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v. 28, 2020, pp. 1-30.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística *Estatísticas históricas do Brasil*. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 2ª ed

KÄHLER, Gert. “Nicht nur Neues Bauen! Stadtbau, Wohnung, Architektur”,. IN: KÄHLER, Gert (org.) *Geschichte des Wohnens: 1918–1945, Reform, Reaktion, Zerstörung*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1996, v. 4., pp. 303-452.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009, 2ª ed.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MAGALHÃES, Gilberto; ARRUDA, Marta. *Coisas do Morro*. Rio de Janeiro: Reproarte, 2011

MENDES, Ricardo. S.A.R.A. *Brasil: restituindo o Mapa Topográfico do Município de São Paulo (breve história da aerofotogrametria nas cidades do Rio e São Paulo na década de 1920)*, separata do *Informativo Arquivo Histórico de São Paulo*, N.º 37, dez./2014.

PESTANA, Marco Marques. *A União dos Trabalhadores Favelados e a Luta contra o Controle Negociado das Favelas Cariocas (1954–1964)*. Niterói: Eduff, 2016.

RIBEIRO, Luís César de Queirós. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção de moradia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP / Studio Nobel, 2003, 3ª ed.

193

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VALADARES, Lícia. *Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 2ª ed.

_____. “A gênese da favela: a produção anterior às ciências sociais”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2000, v.15, Nº 44

_____. “Qu’est-ce que c’est une favele?”, *Cahiers des Amériques Latines*, Nº 34, 2000, pp. 61-72.

_____. *A Invenção da Favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro”, *Análise Social*, V. XXIX, Nº 127, 1994, pp. 581-597.